

Paradoxos da segurança cidadã

© dos autores
1ª edição 2016

Direitos reservados a Tomo Editorial Ltda.

A Tomo Editorial publica de acordo com suas linhas e conselho editoriais que podem ser conhecidos em www.tomoeditorial.com.br.

Série **Sociologia das Conflitualidades**

Coordenação

José Vicente Tavares dos Santos

Editor

João Carneiro

Diagramação

Krishna Chiminazzo Predebon

Tomo Editorial

Capa

Atelier @Arte

sobre ilustração de Krishna Chiminazzo Predebon

Revisão

Maira Revisões

CTP, impressão e acabamento

Gráfica Editora Pallotti, Santa Maria, RS

P222 Paradoxos da segurança cidadã. / Organizado por José Vicente Tavares dos Santos e César Barreira. – Porto Alegre : Tomo Editorial, 2016. 496 p.

(Sociologia das Conflitualidades, 8)

ISBN 978-85-86225-96-3

I. Segurança Pública – América Latina. 2. Violência – América Latina.
I. Santos, José Vicente Tavares dos. II. Barreira, César. III. Título.

CDU 351.759.6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Biblioteca Pública do Estado do RS, Brasil)

Tomo Editorial Ltda. | Fone/fax: +55 (51) 3227.1021
Rua Demétrio Ribeiro, 525 | CEP 90010-310 | Porto Alegre | RS | Brasil
tomo@tomoeditorial.com.br | www.tomoeditorial.com.br

Série
Sociologia das Conflitualidades
Vol. 8

Paradoxos da segurança cidadã

Organizadores:
José Vicente Tavares dos Santos
César Barreira



Porto Alegre, 2016

Sumário

Introdução

A construção de um campo intelectual:
violência e segurança cidadã na América Latina

José Vicente Tavares dos Santos

César Barreira9

PARTE I

SOCIOLOGÍA DEL DELITO, DE LA VIOLENCIA Y DE LAS FRONTERAS

La muta, las mutas y el orden social

Juan S. Pegoraro43

Las explicaciones sociales de la violencia homicida:
evidencias de Colombia, Brasil y Venezuela

Roberto Briceño-León67

Criminalidade e segurança pública na fronteira
do Brasil com a Guiana Francesa

Jania Perla Diógenes de Aquino

Joana Domingues Vargas89

La estrategia gubernamental de control
del narcotráfico en México, 2006-2014

José Alfredo Zavaleta Betancourt 103

PARTE II

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDAD, DILEMAS DE LAS POLICÍAS Y PARTICIPACIÓN SOCIAL

Incluir y castigar: tensiones y paradojas de las políticas
hacia los pobres en la Venezuela pos-neoliberal

Andrés Antillano 123

Sem lugar para correr, nem se esconder:
processos sócio-organizacionais de vitimização prisional
Odilza Lines de Almeida
Eduardo Paes-Machado 139

El declive de la acción pública y su relación con el incremento
de la inseguridad y de la violencia multidimensional:
el caso de Martínez de la Torre, Veracruz, México
Ernesto Treviño Ronzón 169

Reforma en seguridad y ciudadanía: dilemas emergentes
en la gestión de la seguridad en la Provincia de Córdoba
Roberto Luis Gustavo Gonzalez 187

En Medellín: otras formas de seguridad son posibles
Pablo Emilio Angarita Cañas 199

PARTE III

JUVENTUD Y VIOLENCIA

La mortalidad juvenil en América Latina:
análisis de homicidios en población de 10 a 29 años
Arturo Alvarado Mendoza
Alberto Concha-Eastman.....219

Cultura política, comunidad y exclusión educativa en la construcción del
conflicto escolar: entre la defensa social y las vertientes movilizadoras
Nilia Viscardi.....249

El entorno urbano: un recurso en disputa
Efraín Quiñonez León267

La violencia del crimen organizado y
su impacto en los jóvenes de México
Gabriela Figueroa.....297

Aspectos incriminatórios do processo convencional de construção
da verdade: um estudo de caso sobre a incriminação e a sujeição
criminal no processo judicial do homicídio do Menino-Aranha
Gilson Macedo Antunes
Giselle Hoover319

Homicídio na adolescência entre “a vida do crime” e a
possibilidade de uma outra posição subjetiva
Ricardo Pinheiro Maia Júnior
Raquel Alencar Barreira Rolim
Henrique Figueiredo Carneiro 339

El miedo en las políticas de seguridad, embates para la
acción colectiva juvenil en México y Colombia
Alexandra Agudelo López 349

Muertos en la ciudad:
el escenario de los asesinatos de jóvenes en Fortaleza
Luiz Fábio S. Paiva 371

PARTE IV

FIGURACIONES SOCIALES Y SIMBÓLICAS DEL CRIMEN Y DEL MIEDO

Os paradoxos da formação cidadã na polícia brasileira:
tensões e resistência no campo da segurança pública
Glauécia Mota Brasil 397

Gênero e sistema de justiça: contradições e paradoxos
Rochele Fellini Fachinetto 421

Perfil racial en la seguridad pública en Brasil
Jacqueline Sinhoretto 439

Sociedad, medios de comunicación y violencia:
los jóvenes pandilleros del Perú
Julio Mejía Navarrete 453

Muertes violentas y escenarios urbanos:
inseguridad, miedo y crueldad
César Barreira 475

Sobre os autores 491

A construção de um campo intelectual: violência e segurança cidadã na América Latina

José Vicente Tavares dos Santos
César Barreira

O objetivo deste texto é reconstituir um campo intelectual acerca da violência e da segurança cidadã na América Latina, salientando as dinâmicas reprodutoras da violência – em suas formas econômicas, sociais, culturais e institucionais – e as dificuldades do sistema de justiça criminal em reduzir os crimes violentos e os homicídios.¹

Na América Latina, no início do século XXI, muitos governos de centro-esquerda implementaram políticas sociais inclusivas e estratégias de política internacional orientadas pelo multilateralismo. No campo do controle social, entretanto, os mesmos governos acentuaram, em vários aspectos, políticas repressivas, baseadas em um policiamento repressivo, um judiciário penalizante e um aumento do encarceramento; ou seja, vamos delimitar os paradoxos entre políticas de inclusão social e políticas de segurança pública repressivas.

Este texto salienta a crescente concepção alternativa de segurança cidadã no horizonte de uma democracia radical. Foram observadas iniciativas governamentais alternativas em várias cidades que obtiveram reduções nos homicídios: no Brasil (por exemplo, São Paulo e Diadema, em São Paulo; Rio de Janeiro, no

1 Este livro incorpora os trabalhos apresentados na primeira reunião do Grupo de Trabalho da CLACSO, “*Os paradoxos da Segurança Cidadã*”, realizada na Universidad Veracruzana, em Xalapa, Veracruz, México, em abril de 2014.

estado do Rio de Janeiro; Recife, em Pernambuco; Canoas, no Rio Grande do Sul; Belo Horizonte, em Minas Gerais), na Colômbia (em Medellín e Bogotá), na Argentina (em Buenos Aires) e na Nicarágua.

A questão básica em políticas públicas é verificar como se processa a articulação entre vários níveis de controle social – a burocracia, as polícias, a gestão pública, a política e as organizações não governamentais – na produção de um referencial alternativo de segurança para todos os cidadãos e cidadãs. Também é importante perceber a diferença entre os países: em uma situação de confronto armado com o narcotráfico (Colômbia e México), o recurso aos militares foi evidente; no Brasil, Uruguai, Chile e Paraguai, a solução está nas tentativas de reforço da eficiência e eficácia policial, sem que tenha sido diminuída a violência policial.

Há um debate sobre controle social e democracia, mas os efeitos do “medo social” não foram enfrentados por uma nova abordagem, pois frequentemente reforçam o modo tradicional de policiamento. Isto significa que o debate público sobre a violência social e a segurança pública não é posto na esfera política em alguns países da América Latina; e há uma resistência à inovação dentro da Administração Pública para discutir a questão. Esta situação reflete ainda um desigual compromisso acadêmico da Sociologia sobre o tema, com um papel limitado de garantir os direitos humanos e de prevenir as diversas formas de violência, como, por exemplo, a violência doméstica.

O dilema latino-americano deriva, por um lado, de uma ordem social baseada em concepções que valorizam a repressão, uma polícia autoritária, e produzem uma estigmatização de vários grupos sociais – homens, jovens, grupos em situação de vulnerabilidade social, minorias negras e indígenas – assim como criminalizam os movimentos sociais.

Encontramos esforços localizados de desenvolvimento de novas políticas públicas de segurança, de policiamento comunitário, em suma, da constituição de uma segurança cidadã que garanta a vida e ajude a fazer uma nova civilidade – no Brasil (no Governo Federal, e em alguns estados, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Sul); na Argentina (no Governo Federal e na Província de Buenos Aires; na Colômbia, em Bogotá; na Cidade do México; na Nicarágua; na Polícia Federal da Venezuela, entre outros). Há experiências de programas, projetos e ações no sentido de prevenir a violência e reduzir a criminalidade, com perspectivas de outras opções de políticas de segurança pública que garantem o direito de segurança para as pessoas.

A intenção deste livro é desenvolver uma análise crítica das concepções sociais, da produção intelectual e das práticas governamentais sobre a segurança, a fim de ressaltar o processo de construção não linear de uma opção democrática radical que podemos denominar de segurança cidadã para a América Latina.

Na América Latina, a segurança pública foi, geralmente, deixada nas mãos dos policiais, pois os governos não demonstravam interesse em se imiscuir nesses assuntos. Desde que as forças policiais mantivessem a separação entre os “homens do bem” e os “homens do mal”, poderiam reger autonomamente suas organizações, elaborar as próprias doutrinas, administrar seu ensino e definir as suas modalidades de trabalho policial, incluindo o recurso à violência, legal e também legítima, atributo que lhe foi concedido pelo Estado Moderno. Caso fosse necessário, havia uma leniência quanto ao exercício da violência ilegal e ilegítima, cunhando uma brutalidade policial social e etnicamente seletiva. Com a consolidação dos direitos sociais, nos denominados “anos dourados” do século XX, no período do segundo pós-guerra ao final dos anos de 1970, as reivindicações por direitos civis e políticos, ainda não efetivados, começaram a aparecer, desde as primeiras manifestações dos negros dos Estados Unidos até a Rebelião de Jovens, de maio de 1968.

Naqueles tempos, às denúncias da discricionariedade da violência policial foi agregada a indignação com as práticas de corrupção, ambas configurando uma crise das polícias nos Estados Unidos, bem como em países europeus. Nos Estados da América Latina, que passaram a viver os processos de democratização desde os anos 1980, aumentou o clamor pela verdade acerca das práticas de torturas e humilhações contra os presos políticos durante as diversas ditaduras militares da América Latina e do Caribe, da Argentina ao Brasil e ao Chile. Desde então, assistimos a profundas transformações nas sociedades contemporâneas, configuradas por novas formas do social, novos agentes e diferenciadas representações sociais.

Não por outras razões, os anos de 1990 foram marcados por uma sucessão de reuniões internacionais que discutiram a questão das violências e da segurança pública. Desde a Conferência Mundial dos Direitos Humanos da ONU, em Viena, em 1993, é possível localizar cerca de 50 reuniões mundiais em que a questão da crise da polícia e da atuação policial foi discutida.

Poderíamos denominar esse tempo de A Era da Mundialização de Conflitualidades, marcada pelo crescimento da produção industrial, o avanço do capital especulativo, a pós-modernidade como forma cultural, a revolução das tecnologias da informação e a crise social mundial.

Nosso espaço de reflexão será a América Latina, na qual vamos reconstituir os passos dos fenômenos da violência e do crime até as práticas da segurança cidadã. No tempo da Mundialização de Conflitualidades e no espaço da América Latina, chegaremos a desenhar os paradoxos da segurança cidadã.

A produção intelectual sobre a violência na América Latina

Na longa história da Sociologia na América Latina (Tavares-dos-Santos & Baumgarten, *Sociologias*, 2005) está se realizando no período atual uma expressiva produção intelectual sobre a violência, publicada principalmente por CLACSO (<http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana>). O primeiro exemplo é o livro organizado por Roberto Briceño León, “Violencia, sociedad y justicia en América Latina” (2002). O livro parte da constatação do fenômeno da violência desde a última década do século XX, acentuando o fato de que a desigualdade e a não satisfação de expectativas de consumo fazem recrudescer a violência urbana. O sistema de justiça, porém, não se faz sentir, realçando a impunidade.

No mesmo ano, a revista *Sociologias*, da UFRGS, em Porto Alegre, publicou um dossiê intitulado *Violências, América Latina* (Tavares-dos-Santos, *Sociologias*, 2002), cujos autores – da Venezuela, Brasil, Colômbia, Uruguai, Argentina – responderam a um elenco de questões substantivas: quais as formas de violências que predominam na América Latina no início do século XXI? Quais as origens sociais, econômicas e políticas das violências? Como se conforma a crise do sistema de justiça penal? Quais as experiências inovadoras e as lutas sociais pela cidadania que se configuram atualmente na América Latina? Qual a matriz disciplinar dos estudos sociológicos sobre as conflitualidades?

Essas indagações foram discutidas em vários congressos da ALAS – Associação Latino-Americana de Sociologia. Para discutir os temas da violência e sua relação com a democracia, José Vicente Tavares dos Santos organizou o livro “Violências, lutas sociais e democracia na América Latina”, no qual foram reconstituídos vários traços do Continente: os dilemas da democracia, as violências e as formas do controle social e as lutas sociais pela inovação democrática na América Latina. No limite, foi assinalada a emergência de projetos emancipatórios, gestando formas sociais inovadoras (Tavares-dos-Santos, 2009).

Passados alguns anos, aparece uma expressiva produção intelectual, incluindo, além da violência e do crime, os temas da democracia, da segurança e das novas experiências em segurança cidadã. Organizado por Alejo Vargas Velásquez, “Seguridad en democracia: un reto a la violencia en América Latina” (2010) acentua aspectos centrais para a compreensão política da relação entre direitos humanos, violência, segurança e democracia. As transições para a democracia, junto com as mudanças da cena política internacional, trazem tanto a internacionalização de ameaças, expressa no modelo da segurança pública, quanto no surgimento de conceitos alternativos de segurança, em termos multidimensionais, pensada como segurança humana ou como segurança cidadã, inclusive prevendo a resolução pacífica de conflitos.

Novamente, Alejo Vargas Velásquez organiza “El prisma de las seguridades en América Latina” (2012), no qual se descrevem as facetas do crime organi-

zado transnacional, vinculado ao narcotráfico e ao tráfico de armas. Continua a discussão acerca da segurança cidadã.

Por seu lado, José Vicente Tavares dos Santos e Alex Niche Teixeira organizaram um livro após seminário realizado em Porto Alegre, “Conflitos sociais e perspectivas da paz” (2012). Analisando os temas da violência difusa, do crime, territórios e grupos étnicos, salientam a necessidade de uma reflexão acerca das políticas públicas de segurança e insistem sobre a necessidade de se estabelecerem conceitos e teorias desde as Ciências Sociais na América Latina. As distintas contribuições podem resumir-se na busca de estratégias de reduzir as violências, de entender as representações coletivas da violência e de construir novos modos de controle social, em termos de uma segurança cidadã.

No mesmo ano, José Alfredo Zavaleta Betancourt publica a coletânea “La inseguridad y la seguridad ciudadana en América Latina” (2012). Salienta que a insegurança conduz a uma disputa entre concepções repressivas de uma Segurança Pública – “de mano dura, a la criminalización de la protesta o a la estigmatización de grupos sociales bajo el principio del retorno de “las clases peligrosas” – e concepções de uma segurança cidadã. Nos vários artigos, exhibe-se uma informação “acerca de los logros de la democratización de la seguridad y advierte sobre los riesgos de las políticas de seguridad de los gobiernos de derecha e izquierda en América Latina si no se sujetan a mecanismos civiles de rendición de cuentas”. Ainda que salientando as dificuldades institucionais para a moldagem de opções libertárias, esse livro representa uma clara defesa dos direitos individuais e coletivos.

A contribuição de Jaris Mujica, em “Armas pequeñas en el crimen urbano” (2012), ocorreu no sentido de destacar a magnitude do uso de armas pequenas e ligeiras pela população civil, na cidade de Lima; o emprego de armas portáteis, de uso pessoal, as quais são responsáveis pela maioria dos homicídios, inclusive na América Latina.

O ano de 2013 foi pródigo em publicações. César Barreira, José Vicente Tavares-dos-Santos, Roberto González Arana e Felipe González Ortiz trazem a coletânea “Conflictos sociales, luchas sociales y políticas de seguridad ciudadana” (outubro de 2013). A obra, ancorada em uma sociologia da conflitualidade, parte da ideia de que as problemáticas sociais da América Latina podem provocar a gestação de conceitos e teorias para contribuir com as Ciências Sociais críticas, desde a América Latina. O livro trata da complexidade dos conflitos sociais e “de los temas de la violencia, las políticas públicas en torno a la seguridad, el crimen, los territorios y los grupos étnicos”. Sobressaem as temáticas da violência e da difícil formulação de uma segurança cidadã.

Outros livros ainda foram editados por CLACSO no mesmo ano. Abello Colak, A. e Angarita Caña, Pablo S. publicam “Nuevo pensamiento sobre segu-

ridad en América Latina: hacia la seguridad como un valor democrático” (2013). Nessa obra, afirma-se a elaboração de um novo campo de interpretações sobre a segurança na América Latina como alternativa ao pensamento conservador. Agora está voltada a estabelecer, desde as camadas de base da sociedade, “un concepto de seguridad como valor democrático, integral en otras palabras, a la construcción del proceso democrático y que no puede violar ese proceso en su ejecución”.

César Barreira, Roberto González Arana e Luis Fernando Trejos Rosero lançam “Violencia política y conflictos sociales en América Latina” (2013). Nesse livro, a análise dos conflitos sociais locais relaciona-se aos conflitos globais, explicando a relação entre a violência socioeconômica, os movimentos sociais e o poder. Por um lado, ficam enfatizadas as políticas públicas de segurança repressiva. De outra parte, são examinadas as produções sociológicas que estão a construir uma alternativa crítica de políticas públicas de segurança, no Brasil, Venezuela, Chile e Argentina.

A mesma perspectiva é seguida por “Y después de la violencia que queda? Víctimas, ciudadanos y reparaciones en el contexto post-CVR en el Perú” (Ulfe Young, 2013): a obra aborda as vítimas camponesas andinas do conflito armado interno no Peru e sua reivindicação pela reparação:

“[...] lo que aquí se presenta es una reflexión antropológica sobre ciudadanía, memoria y las políticas de reconocimiento que parten desde las víctimas rurales, campesinas y andinas del conflicto armado interno y cómo estas se encuentran (¿o desencuentran?) con las políticas públicas que nacen del Estado y que deberían repararlas de forma integral”.

Ressaltam-se as dificuldades da segurança cidadã. O livro, coordenado por José Alfredo Zavaleta Betancourt, “El laberinto de la inseguridad ciudadana: bandas criminales, seguridad de fronteras y regímenes penitenciarios en América Latina” (2014), adverte acerca da “militarização das polícias” e da “policialização dos militares”: “Las políticas securitarias basadas en la identificación de enemigos internos son un peligro para los derechos civiles y humanos”. Trazendo a noção foucaultiana de biopolítica para este campo de estudos, sugere que “democratizar el biopoder que representa las policías y los ejércitos en funciones de policía es un tema que dará mucho que hablar en los años venideros y de la que dependerán inexorablemente nuestras libertades democráticas”. No mesmo sentido, a contribuição de Gabriel Kessler vem esclarecer tanto a participação de jovens em delitos contra a propriedade quanto trazer explicações acerca do “sentimiento de inseguridad”, fundado em pesquisas sobre a sociedade argentina (2009).

Cada vez mais têm curso as preocupações acerca da cultura da violência em vários países da América Latina. Alexandra Agudelo López, em “Dispositivos

de seguridad que de la actualización del miedo en el estado contemporáneo” (2013), analisa, com base em pesquisas em Medellín, Colombia e Ciudad Juárez, México, as “formas como el Estado moderno y las prácticas políticas referidas a la seguridad, configuran dispositivos que usan políticamente el miedo como una herramienta de control y gestión de las poblaciones, en particular de las y los jóvenes”. Em seguida, o livro “Violencia y cultura: reflexiones contemporáneas sobre Argentina”, organizado por Ana Belén Blanco, María Soledad Sánchez e Sergio Tonkonoff (2014) buscou “avanzar en la problematización y conceptualización de la relación entre violencia y cultura a partir de la lectura y el análisis de una selección de teorías sociales contemporáneas”. Na mesma linha, aparece o estudo de Clotilde Proveyer Cervantes, “A violência de gênero em Cuba: El papel de la comunidad y de sus actores sociales en la atención a la violencia de género” (2014). Esse livro analisa a “victimización femenina que en el hogar permanece oculta, invisibilizada tras la cortina de la vida privada, de la intimidación familiar” e ressalta a importância dos movimentos feministas desde os anos de 1970, na Europa e nos Estados Unidos. Para tanto, “una contribución decisiva en ese empeño lo constituye la teoría feminista pues apunta al análisis de las relaciones de género como un elemento esencial para comprender los mecanismos que articulan las relaciones de poder basadas en la superioridad masculina a escala social”.

Outra dimensão da violência simbólica ocorre nos fenômenos da violência na escola, analisados em vários países da América Latina, do Uruguai ao Brasil e no México (Gómez Nashiki, A.; Zurita Rivera, Ú.; López Molina, 2013; Filmus et alii. 2003). A compreensão da relação entre a escola e a prática da violência passa pela reconstrução do complexo social, cultural e simbólico que está presente na escola, muitas vezes formando “ambientes turbulentos”. Precisamos entender as mensagens, significados escondidos na violência e reconhecer o estado de conflito como parte da dinâmica escolar. Nos Estados Unidos, fala-se de violência escolar letal desde o massacre de Columbine, em 1999, tornando-se a violência na escola um fenômeno mundial (Debarbieux, 2006), uma violência física sempre precedida ou acompanhada por uma violência simbólica (Bourdieu, 1998).

Seguindo os traços de constituição da Modernidade, os romances adquirem um novo traço no Continente: o romance da violência passa a fazer parte do imaginário latino-americano, do Brasil e Argentina à Colômbia e ao México. Essa foi a ousadia analítica de um conjunto de sociólogos, de várias nações, a compor Figurações da Violência, mediante a análise de uma nova geração de romancistas latino-americanos (Tavares-dos-Santos e Teixeira, revista Sociologias, 2013, v. 15, n. 34).

Certamente, a discriminação e o racismo advêm do processo de conquista e colonização, mas têm sido reatualizados. Os autores Alejandro Flores Aguilar, Clara Arenas e Juan Pablo Gómez organizaram a obra “Seguridad y racismo:

pensamiento crítico centroamericano” (2014), na qual identificam que “El racismo es objeto de mutaciones conceptuales, redefiniciones y cambios en las miradas analíticas que lo estudian”. Definem, então, contornos para uma luta antirracista: “los modos en que concebimos, analizamos y luchamos contra las manifestaciones racistas cambian con cierta constancia”.

Em outras palavras, tanto as dimensões microsociais quanto os traços macro-sociais da violência estão em pauta. O recente livro de Erandi Villavicencio Rodríguez e Ana Bengoa Valdés, “Políticas de la violencia estatal: los casos de Colombia y El Salvador” (2015), destaca a violência simbólica exercida pelo Estado:

“Para entender por qué y cómo el recrudescimiento de los discursos que apelan a la ley y al orden se han apoderado de buena parte de las proclamaciones políticas de las sociedades contemporáneas, [...] es importante entender tanto la carga material como la carga simbólica inscrita en las distintas formas paradigmáticas que ejecutan las políticas de la violencia estatal”.

Reacende-se a disputa por concepções de segurança. O livro de Mariana Galvani, Alina Ríos e Lucía Cañaverl, “Seguridad, policía y gobiernos locales (El Programa Integral de Protección Ciudadana)” (2015), analisando o caso argentino, revela outra concepção nascendo no “contexto actual de reproblematición del rol de las fuerzas de seguridad”, possibilitando outro modo de intervenção governamental em disputa – a proteção do cidadão.

Vários autores poderiam ainda ser nomeados por trazerem o tema da Segurança. Arturo Alvarado editou uma coletânea fundamental para compreender a sociedade mexicana contemporânea, analisando os problemas dos direitos humanos, Estado de Direito, narcotráfico, homicídios e as políticas de segurança e militarização:

“El primer reto de la seguridad es reducir la violencia y la violación permanente de los derechos humanos de la población, causada por las autoridades gubernamentales, el narcotráfico y el crimen organizado. [...] Es manifiesta la necesidad de repensar las nociones de seguridad nacional y seguridad interior” (Alvarado, 2010).

Também no México, a obra publicada por Nelson Arteaga Botelho enfatiza os desafios que as manifestações de violência produzem na conquista da cidadania:

“La violencia parece adquirir otro rostro, pareciera que se encuentra inscrita en la constitución de una cierta subjetividad social que es necesario explorar [...]. Cada uno de estos cambios en la forma como se ha percibido el conflicto, la violencia y el desarrollo impactan directamente en la propia conformación de la ciudadanía” (Botello, 2008).

Em outras palavras, o que está em pauta é a forma policial e a mudança nas concepções de segurança, incluindo agora a participação dos cidadãos e cidadãs.

Esta é a contribuição de Marcelo Fabian Sain, na Argentina, e de Hugo Frubling, no Chile.² Luis Gerardo Gabaldon e Christopher Birbeck analisam os desafios democráticos para compreender a relação entre polícia e o uso da força física em cinco países (Brasil, Canadá, Reino Unido, Trinidad y Tobago e Venezuela (Gabaldón e Birkbeck, 2003).

Recente livro, organizado por Pablo Angarita Cañas (2015), retoma a questão das drogas e das polícias, analisando “la variedad de políticas aplicadas para enfrentar problemas de seguridad”. A primeira parte versa sobre “la institución policial y las transformaciones que sobre esta vienen ocurriendo en varios países de América Latina”. A segunda pretende “comprender de manera diferente el asunto de las drogas, lo cual constituye un radical giro epistemológico y político”, pois uma problemática central “es la actuación del gobierno y el impacto social de las treguas entre grupos delincuenciales”. A problemática das drogas já fora objeto de duas publicações do CLACSO, nos anos 1990: os livros “Drogas y sociedad”, em 1992, e “Economía política de las drogas”, de 1993, reuniram estudos sobre a problemática da produção, o tráfico e o consumo de drogas ilegais na América Latina: aspectos conceituais do uso e das formas de controle, em vários países (Roa, 1992; Laserna, 1993).

Podemos resumir essas duas décadas de produção sociológica na América Latina em termos de um mapa cognitivo das principais noções que se foram elaborando, com base em inúmeras investigações empíricas. Por um lado, a análise da violência difusa, predominantemente uma violência urbana, manifesta no crescente número de homicídios, em países como Brasil, Colômbia, Venezuela, Honduras e México; por outra, uma espessa conflitualidade social, manifesta em diversas sociedades do Continente.

Os atores coletivos desses conflitos sociais são tanto os povos originários, principalmente em conflito pela terra e pelo reconhecimento de suas identidades, quanto os jovens, os quais formam o maior grupo de vítimas. Sobressaem as violências contra as mulheres, em várias modalidades. E de modo crescente aparecem as organizações criminosas. Enfim, a violência do Estado sucede formas diversas, tanto de violência física como de violência simbólica: a presença brutal das polícias e a seletividade do Judiciário, além da desumanidade das prisões.

2 FABIAN SAIN, Marcelo. *Seguridad, democracia y reforma del sistema policial en la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economía, 2002; FRUBLING, Hugo & CANDINA, Azun. *Polícia, Sociedad y Estado: modernización y reforma policial en America del Sur*. Santiago de Chile: CED – Centro de Estudios para el Desarrollo, 2001; FRÜHLING, Hugo & CANDINA, Azun. *Participación Ciudadana y Reformas a la Policía en América del Sur*. Santiago de Chile: CED, 2004; FRÜHLING, Hugo & CANDINA, Azun. *Polícia, sociedad y Estado: modernización y reforma policial en América del Sur*. Santiago de Chile: CED, 2001.

Em todas as análises, sobressai a expansão da cultura da violência, principalmente pelos meios de comunicação, mas também por formas artísticas e romanescas. Produz-se, por tais vias, uma resposta ao sentimento de insegurança que, alimentada pelo Direito positivo e dogmático, vem produzir uma consciência social punitiva. Os linchamentos e o ato de fazer justiça pelas próprias mãos foram observados em diversas sociedades do Continente. Neste plano, ganha destaque a atuação dos sicários ou pistoleiros na Colômbia, México e Brasil (Barreira, 2014). Em oposição a uma concepção de segurança pública, militarizada e jurídico-dogmática, e respondendo às insuficiências da noção de segurança humana, avolumam-se as tarefas civilizatórias da Sociologia Crítica mundial, alimentadas pelas experiências da democracia participativa, de produzir, contra as violências, a alternativa societária. Ou seja, faz-se necessário um longo trabalho das instituições de conhecimento, desde o Estado até a Sociedade Civil, a fim de desenvolver esta fabricação social de um novo capital simbólico: um cidadão e uma cidadã a desejar uma segurança cidadã. Esta é a tarefa do imediato futuro da América Latina.

A produção sobre violência e segurança cidadã no Brasil

Há uma perspectiva epistemológica nas Ciências Sociais no Brasil que se expressa por uma crítica a algumas abordagens clássicas sobre o tema da violência e pela formulação de novos instrumentos interpretativos. As pesquisas sobre a violência cotidiana, a situação das prisões, a relação entre violência e exclusão social e os delitos sociais, gestados nas periferias das grandes cidades ou nas favelas, começaram, desde a década de 1980, a ocupar espaço importante nos estudos sociológicos. Adorno & Cárdua indicam que “vêm avançando rapidamente os estudos e pesquisas que procuram decifrar a violência – as percepções, os fatos e acontecimentos; o impacto sobre a justiça; as diversas formas e significados da violência para os distintos grupos sociais; as relações entre cidadania, segregação urbana e violência – na sociedade brasileira”.³

A publicação de um respeitável e sucessivo elenco de visões do “estado da arte” evidencia a maturidade deste campo científico na sociologia brasileira.⁴ A

3 ADORNO, Sérgio & CARDIA, Nancy. Núcleo temático: Violência – Nota de apresentação. *Revista Ciência e Cultura*. SBPC – Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência, São Paulo, ano 54, n. 1, julho de 2002, p. 20-21.

4 As revisões publicadas foram:
BRETAS, Marcos Luiz. O Crime na Historiografia Brasileira. *BIB*. Rio de Janeiro, 32:49-61, 1991.
TAVARES DOS SANTOS, J.V. – Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991, p. 13-51.

mais recente contribuição neste sentido é a de César Barreira & Sérgio Adorno, intitulada “A violência na sociedade brasileira”.⁵

Sugerimos, ainda no ano de 1999, uma nova perspectiva denominada de Sociologia da Conflitualidade, com base nos seguintes pressupostos:

- 1 A noção de complexidade, a qual procura reconstruir sociologicamente a realidade histórica e social através de feixes de relações que explicariam as diversas manifestações dos fenômenos sociais. Apreender feixes de relações implica, em um mesmo movimento, reter a complexidade do real, manifesta pela diversidade dos fenômenos sociais e históricos na multiplicidade de suas dimensões, e reconhecer a heterogeneidade do espaço social.
- 2 A segunda ideia-elemento reconhece a historicidade dos processos e dos conflitos sociais, e sua determinação espaço-temporal inelutável, sob uma concepção da descontinuidade do tempo histórico que tanto supera uma perspectiva teleológica quanto afirma a História como um campo de possíveis. A noção de historicidade tenta dar ênfase às práticas sociais dinamizadoras dos processos históricos e sociais, em uma visão da História como movimento de lutas sociais em um campo de resultados históricos possíveis e não-determinados.
- 3 O conceito de “processo social”, entendido como mediação da interpretação do social pelos agentes sociais e da historicidade do social, como núcleo da problematização da realidade social.
- 4 A construção de uma perspectiva relacional das relações sociais, percebendo as classes e grupos sociais como construções práticas e sim-

ADORNO, Sérgio. A criminalidade urbana violenta: um recorte temático. *BIB*. Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 35, 1993, p. 3-24.

ZALUAR, Alba. Violência e Crime. In: MICHEL, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: ANPOCS/Sumaré, 1999. p. 3-107.

BRUMER, Anita & TAVARES DOS SANTOS, J.V. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX.) In: PIÑEIRO, Diego (org.). *30 Anos(anos) de Sociologia Rural em (na) América Latina*. Montevideo, Uruguay: ALASRU/ SBS, 2000, p. 33-69.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 50, 2º semestre de 2000, p. 45-123.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo: Fac. De Educação da USP, V.27, n. 1, janeiro-junho de 2001.

- 5 BARREIRA, César & ADORNO, Sérgio. A Violência na Sociedade Brasileira. In: MARTINS, Carlos Benedito & MARTINS, Heloisa. *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo: ANPOCS/Discurso Editorial, 2010.

bólicas de posições na estrutura da sociedade, agentes com trajetórias heterogêneas e diferenciadas estratégias de reprodução social. Neste plano, parece fundamental situar as redes de dominação presentes nas formações sociais, sejam processos de exploração econômica, sejam processos de disciplinarização, as quais são acompanhadas por ações de violência simbólica e física. Interessa-nos a conflitualidade social envolvendo as classes e grupos sociais: reconstrução das principais conflitualidades no espaço social, das variadas formas de violência, e das lutas sociais, mediante a análise dos embates que mobilizam as populações.

- 5 Outra ideia-elemento reconhece a oposição regra-conflito como estruturante do saber sociológico, desde sua origem, privilegiando, no entanto, o polo da contradição, do conflito e da luta, em oposição à ordem e ao consenso, como princípio orientador da reconstrução sociológica.
- 6 Uma sociologia da conflitualidade deve ser situada no contexto dos efeitos da globalização da sociedade e da economia contemporâneas sobre as transformações da estrutura e do espaço social das diversas regiões. Ao mesmo tempo, está se desenvolvendo um processo de constituição de formas sociais marcadas pelos efeitos excludentes das políticas neoliberais, desencadeando novos conflitos sociais e, por vezes, ameaçando a consolidação da democracia nos países periféricos do mundo capitalista.⁶

Definia-se, então, uma agenda de pesquisa para tentar recompor as várias redes de dominação e de violência nas formações sociais contemporâneas: por um lado, a violência originada por processos de exploração econômica, em muitos casos de forte determinação. Por outro lado, os processos de “disciplinarização”, sejam aqueles exercidos pela coerção do Estado e de suas agências, sejam aquelas redes de dominação no nível dos micros poderes, tais como os processos de clientelismo ou de violência física. Enfim, procura situar a análise dos mediadores políticos e das lutas sociais, assim como das instituições de controle social.

Os estudos sobre as manifestações de violência na sociedade brasileira começaram especificamente pela análise da violência no espaço agrário. Vários foram os estudos sobre o uso da violência no modo de produção escravista colonial. Maria Sylvia de Carvalho escreveu sobre os homens livres e pobres na sociedade escravista – inspirada em Marx e Weber – chegando a indicar a violência entranhada na

6 TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In: TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente (Org.). *Violências em Tempo de Globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 12-13.

realidade social, a violência costumeira.⁷ Por outro lado, Maria Isaura Pereira de Queiroz iniciou uma vasta obra sobre os movimentos messiânicos e o campesinato brasileiro, inspirada em Marx e na Sociologia francesa, de Roger Bastide a George Gurvich e a Henri Mendras. Sua orientação metodológica – o método comparativo, a concepção de evolução histórica das camadas sociais e o privilegiamento aos dados empíricos – tem continuidade, até hoje, junto aos pesquisadores do CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo.⁸

Os críticos anos 1960 na sociedade brasileira, marcados pela ascensão das lutas sociais no campo, de novas formas de violência e pela proposta da Reforma Agrária, fizeram emergir uma larga literatura de cunho político-ideológico, mas houve pelo menos duas importantes respostas sociológicas à crise social. Dois autores, ligados à Escola de Sociologia Crítica de Florestan Fernandes, desenvolveram análises acerca dos processos sociais agrários. De uma parte, vários trabalhos de Octavio Ianni acerca das metamorfoses das classes e raças no Brasil, das relações de produção no campo, da cultura do homem rústico, das organizações políticas e das políticas agrárias do regime autoritário-militar; e, mais recentemente, seus estudos sobre a cultura latino-americana enfocaram, em um e outro momentos, dimensões da questão agrária e da violência rural.⁹ De outra, a importante tese de José Cesar Gnaccarini, baseada nas análises de Marx sobre o trabalho e a luta de classes e também nos escritos de Weber sobre os tipos de dominação e a ação racional, procurava explicar a desagregação da sociedade escravocrata e a formação da empresa capitalista no campo, ressaltando que esse processo foi marcado por uma violência estrutural.¹⁰

No início dos anos de 1970, começou a ser desenvolvida uma perspectiva crítica da “rural sociology”, sob a orientação de José de Souza Martins. Suas influências intelectuais são variadas, de Marx a Weber, de Gramsci a Lefebvre,

7 CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros-U.S.P. 1969.

8 PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. *O messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965; PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. *Os Cangaceiros*. São Paulo: Duas Cidades, 1977; PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975; Cf. Cadernos do CERU, São Paulo: FLCH da USP, desde 1968.

9 IANNI, Octavio. *Origens agrárias do estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984; IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981; IANNI, Octávio. *A luta pela terra – história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978; IANNI, Octávio. *Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979; IANNI, Octávio. *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; IANNI, Octávio. *O colapso do populismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; IANNI, Octávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3.ed., São Paulo: Brasiliense, 1987 (1.ed., 1970); IANNI, Octávio. *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

10 GNACCARINI, José César. *Latifúndio e Proletariado*. São Paulo: Polis, 1980.

entre outros. A obra desse autor iniciou por uma reconstrução histórica das relações sociais de produção não capitalistas. Desenvolveu uma sociologia do campesinato e das relações dos camponeses com a política, demarcando uma crítica teórica dos pressupostos da “sociologia rural”. Mais recentemente, ele se preocupa com a participação das classes subalternas rurais nos processos políticos brasileiros, com particular ênfase nas lutas pela terra, nas formas de violência no campo, em particular o trabalho escravo, e nos processos de constituição de uma comunidade utópica.¹¹

A análise das classes sociais e da violência no campo é orientada por uma perspectiva relacional, a partir da configuração dos processos produtivos que define um espaço social heterogêneo. As transformações das classes e grupos sociais vinculados à produção, cujo objeto e meio de trabalho baseiam-se na transformação da terra, abarcando tanto processos sociais de reprodução quanto processos sociais de transformação. Para compreender a violência no campo, é necessário proceder a uma análise das transformações das relações sociais no espaço agrário: análise das principais classes – burguesia agrária: latifundiários e empresários; campesinato e produtores familiares; e trabalhadores rurais, permanentes e temporários – e de sua diversidade; das frações de classe, grupos sociais e categorias sociais (definidas por profissão, gênero ou etnia), com ênfase nos processos de formação, diferenciação e transformação das classes sociais no espaço social agrário, com análise de suas práticas, trajetórias e representações simbólicas. A luta pela terra, a violência dos proprietários fundiários e a parcialidade do Estado no conflito agrário, pela criminalização da questão agrária, indicam a continuidade do processo de dilaceramento da cidadania no campo, mas revelam também o vigor das lutas agrárias.¹²

Um dossiê pioneiro sobre “Estratégias de Intervenção Policial no Estado Contemporâneo” foi organizado por Sérgio Adorno e Angelina Peralva, na revista *Tempo Social*, da USP, em maio de 1997,¹³ e tomou como referência uma perspectiva internacional sobre as polícias. Afirmam os organizadores:

11 MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989. MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1980. MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981. MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

12 TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. *Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização*. In: TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente (Org.). *Violências em Tempo de Globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 28-32. BARRREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder – conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

13 ADORNO, Sérgio e PERALVA, Angelina. *Estratégias de intervenção policial no Estado contemporâneo*. *Tempo Social*. 1997, v. 9, n. 1, p. 1-4 (www.scielo.org.br)

“A organização policial tornou-se uma organização complexa, afastada das comunidades locais, constrangida a recorrer prioritariamente à força mais do que ao consenso na contenção da ordem pública. Essa é uma das razões que explica o desenvolvimento, em ritmo acelerado, dos serviços de segurança privada às expensas do “monopólio da violência física legítima”, antes reivindicado pelo Estado moderno. Em maior ou menor grau, diferentes sociedades do mundo ocidental vêm enfrentando a seu modo esse espectro de problemas. Ali onde prevalecem tradições democráticas, a crise afeta especialmente a confiança dos cidadãos nas instituições policiais, na sua capacidade em pacificar a sociedade e resolver conflitos nos estritos marcos do Estado democrático de Direito. Em sociedades de frágil tradição democrática, onde são fortes os traços herdados do patrimonialismo, esses desafios supõem tarefas complementares, entre as quais a de superar o perfil institucional autoritário das agências policiais” (p. 2-3).

No conjunto dos textos na sociologia brasileira, pode-se perceber ora uma flexibilização no uso de conceitos do pensamento sociológico, ora a elaboração de novas noções interpretativas, revelando uma dimensão fecunda dos estudos sobre conflitualidades. A flexibilização no uso de conceitos aparece, por exemplo, na referência à hipótese de Merton sobre a disparidade entre a oferta de mercadorias e a capacidade da demanda: “a conduta anômala pode ser considerada, desde o ponto de vista sociológico, como um sintoma da dissociação entre as aspirações culturais prescritas e os caminhos socialmente estruturais para chegar a tais aspirações”:¹⁴ o que se passa agora é que tal disparidade estrutural, representada pela noção de desigualdade e de exclusão social. Também reverberam ecos de Chicago, pois tanto se faz uma crítica de algumas ideias, como a de “ganguê”, da Escola de Chicago, quanto se incorpora a cartografia do crime e da violência, tentando identificar a distribuição diferencial no espaço desses fenômenos.

Os pesquisadores brasileiros estabelecem diálogos com diversos autores, principalmente com Hannah Arendt, Norbert Elias, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, entre outros. No campo metodológico, a necessidade de sofisticar as pesquisas qualitativas e quantitativas, na busca de melhor compreensão do fenômeno, e a procura por maior rigor e abrangência dos dados quantitativos sobre violência e criminalidade, passaram a ser um imperativo na seriedade dos estudos.

Na sociedade brasileira, o uso da violência, de forma recorrente, passa a ter uma legitimação na consciência coletiva. No meio rural, as forças policiais aparecem, por vezes, como protagonistas de cenas de violência mesclando-se ao mandonismo local. As ações dos justiceiros e os rituais de linchamento aparecem na textura de enorme demanda social por justiça paralela.

14 MERTON, Robert K. *Teoria y estructura sociales*. México: FCE, 1964, p. 143.

O pistoleiro é um personagem central para se entender trações da “cultura sertão”, marcada por especificidades como honra, violência, vingança e lealdade. Há incidência desse tipo de delito nas grandes cidades; todavia, para o pistoleiro, suas ações não são destituídas de um valor social, pois classificam as pessoas que “devem morrer”. Formulam uma imagem negativa das vítimas, como pessoas orgulhosas, ricas e avarentas. A polícia ou a justiça aparecem como culpadas pelos assassinatos cometidos, em virtude da omissão ou da incompetência. Estudando as trajetórias de pistoleiros e de “vingadores”, Barreira indica a legitimação da particularização do controle social:

“Podemos dizer que existe um substrato de realismo social nas trajetórias dos pistoleiros, carregadas de valores de vingança, valentia e coragem. São valores que oferecem uma base de legitimidade social nas ações dos pistoleiros que têm sentido em uma sociedade onde existe uma certa aceitação ou demonstração de simpatia pelas resoluções violentas de conflitos, uma benevolência sobre os crimes de honra, uma tolerância sobre a atuação dos justiceiros e uma indiferença sobre os massacres de trabalhadores rurais. [...] os pistoleiros aparecem, então, como vingadores, restituídos da justiça de outrem, através de soluções violentas” (1998, p. 158-159).

A temática do extermínio no mundo ganha cada vez mais um lugar central nas Ciências Humanas: há preocupação com os massacres, as intolerâncias, a negação do outro, do diferente, dos processos homofóbicos, dos assassinatos de jovens anunciados e em série. Os linchamentos passam a ter aceitação social, como forma de justiça popular conservadora, fenômeno observado não apenas no Brasil, mas também no México, Venezuela e América Central (Martins, 2015).

Dentre as categorias sociais mais vitimizadas pela violência, estão os jovens de variadas camadas sociais. A vida é marcada pela incerteza, o individualismo competitivo, a errância em labirintos existenciais. Os jovens vivem em ambientes turbulentos, são ambientes sociais em situação de bifurcação.

Consequências da assinalada crise do sistema de justiça penal são a recorrente impunidade, a privatização do controle social, ora pelo sistema de pistologem, ora pela segurança privada.

Houve, inclusive, a caracterização de um grupo de “pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil”, composto por entrevistas com 16 pesquisadores (Ratton e Lima, 2011). Recentemente, foram publicados dois livros com intenção didática. O primeiro, organizado por José Luiz Ratton, Renato Sérgio de Lima e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, intitulado “Crime, Polícia e Justiça no Brasil” (2014), traz 60 autores com textos que sistematizam os avanços que os estudos sobre violência alcançaram. Essa abordagem multidisciplinar cobre os seguintes temas: teorias, mídia, metodologias de pesquisa,

diferenças sociais, crimes, drogas, polícia, punição e segurança pública. O segundo livro foi publicado por José Vicente Tavares dos Santos e Lígia Mori Madeira, com o título “Segurança Cidadã”. Composto por 13 capítulos, discute os seguintes temas: violências, ensino policial, perícia, justiça penal, avaliação de políticas de segurança, violência e televisão e cultura da paz (2014).

Em uma perspectiva de ampliar a discussão sobre o tema da violência, César Barreira, Jania Perla e Leonardo de Sá publicaram o livro “Violência, Ilegalismos e Lugares Morais” (2014), buscando decifrar os mais variados conflitos e embates envolvendo pessoas e coletivos, no emaranhado de redes de relações que costumamos chamar “sociedades contemporâneas”. A herogeneidade de códigos socioculturais se baseia em uma multiplicidade de práticas que implicam noções difusas e circunstanciais de certo e errado, justo e injusto, dentre outras. Os regimes morais se mostram tão fluidos quanto desregulamentadas ou flexibilizadas estejam as sociedades? Seria possível que hierarquizações de prioridade entre regimes morais distintos se tornam fontes de conflitos de poder que apontam para uma crise de modelos de integração no plano empírico e também no plano das elaborações de modelos teóricos? Essas questões norteiam os artigos que compõem esta coletânea, na busca de compreensão das expressões simbólicas dos diversos regimes morais.

A noção de violência difusa

As contribuições originais da sociologia na América Latina, na transição democrática, podem ser indicadas por duas noções: violência difusa e segurança cidadã.

Dentre as novas questões sociais complexas e mundiais, configura-se a violência difusa na sociedade contemporânea. Tal fenômeno social pode ser denominado de microfísica da violência, compreendendo os processos de conflitualidade social, contraditórios e conflitivos, que vêm a salientar a necessidade da discussão política sobre o controle social. Em outras palavras, os fenômenos e os enigmas da violência adquiriram outros contornos e mais dimensões espaço-temporais, enquanto o conceito de campo do controle social permite analisar a genealogia de seus elementos discursivos e não discursivos.

Estamos diante da crise da modernidade tardia, na qual as concepções do crime passam por grandes metamorfoses, e o individualismo combina-se com a privação relativa, conformando a vulnerabilidade social, a pobreza e a miséria. Vivenciamos a sociedade normalizadora e regulatória, efeito de tecnologias de poder centradas na vida, de um Estado orientado para o “controle social penal”, com um processo de criminalização dos pequenos ilegalismos e dos movimentos

sociais. Tal processo de dissolução das estruturas do bem-estar social resultou em uma ruptura dos controles sociais, formais e informais, substituídos na esfera da socialização pelos meios de comunicação.

Dentre as novas questões sociais mundiais, os fenômenos da violência adquirem outros contornos, passando a disseminar-se por toda a sociedade, provocando dificuldades aos Estados contemporâneos em enfrentá-los. A compreensão da fenomenologia da violência pode ser realizada com a noção de microfísica do poder: a violência configurando-se como norma social para algumas categorias sociais, em contraponto àquelas denominadas de normas civilizadas, marcadas pelo autocontrole e pelo controle social institucionalizado. A violência é fundadora de uma sociedade hierárquica, desigual e dividida, atingindo mais alguns grupos sociais do que outros: as práticas da violência se inserem em uma rede de dominações, de vários tipos – classe, gênero, etnia, por categoria social, ou a violência simbólica – que resultam na fabricação de uma teia de exclusões, possivelmente sobrepostas (Wieviorka, 2004; Collins, 2008; Tavares-dos-Santos, 2009; Barreira, 2013).

A configuração da violência difusa como questão social mundial, presente na agenda política de países de vários continentes, da América Latina à América do Norte, da Europa à África – disseminada e dramatizada pelos meios de comunicação em escala global – suscita um conjunto de questões sociológicas que orientam a investigação sobre o significado social e cultural das múltiplas formas de violência ocorrentes nas sociedades contemporâneas.

A lógica cultural da modernidade tardia, marcada pela insegurança, repõe a alteridade cultural, pois o culto da liberdade individual e o desdobramento da personalidade passam ao centro das preocupações. Rompe-se a consciência coletiva da integração social. Vivemos uma situação de incerteza fabricada, na qual há uma pressão contínua para dismantelar as garantias socialmente construídas. Trata-se de uma ruptura do contrato social e dos laços sociais, provocando fenômenos de desfiliação e de ruptura nas relações de alteridade, dilacerando o vínculo entre o eu e o outro.

Tais rupturas verificam-se nas instituições socializadoras – como nas famílias, nas escolas, nas fábricas, nas religiões e no sistema de justiça penal (polícias, academias de polícia, tribunais, manicômios judiciários, instituições da justiça penal e prisões) – pois todas vivem um processo de ineficácia do controle social e passam a uma fase de desinstitucionalização. Nesse passo, novos dilemas e problemas sociais emergem no horizonte planetário, configurando novas questões sociais mundiais que se manifestam, de forma articulada e análoga, mas com distintas especificidades, nas diferentes sociedades.

As desigualdades sociais aparecem como uma das origens estruturais das violências, enfatizando-se a hipótese de que o “empobrecimento e a desigual-

dade, e não a pobreza, são os elementos que originam a violência urbana” (Briceño-Leon, 2002). Deve-se adicionar, enfaticamente, a segregação no espaço urbano. Desigualdade social e segregação urbana produzem uma exclusão social, marcada pelo desemprego, precarização do trabalho, salários insuficientes e por deficiências do sistema educacional.

No Brasil, as maiores vítimas de atos violentos estão entre os homens jovens. Muitas vezes, os atos de violência representam “estratégias de sobrevivência” dos jovens: a chamada violência juvenil atual pode ser vista como uma das estratégias de reprodução ou de sobrevivência de setores excluídos em termos educativos e laborais, ou seja, da existência que se supõe outorgue identidade aos jovens. Acentua-se a situação de vulnerabilidade dos jovens.

A insegurança que afeta as formas de convívio social e questiona as instituições que operam no campo da segurança pública representa uma ameaça às formas de convívio social. O aumento de práticas violentas, ou classificadas como tais, as violações dos direitos humanos, o esgarçamento do estado social, o sentimento de insegurança nas grandes cidades, produzem uma “cultura do medo”, reforçando as barreiras sociais, e passam a pautar as agendas acadêmicas e políticas (Barreira, 2008).

O reforço das barreiras sociais, aumentando um apartheid, fornece os contornos da intolerância e do não respeito às diferenças socioculturais. O outro, estranho e diferente, passa a ser visto como inimigo e passível de cometer práticas violentas. As redes de sociabilidades são quebradas, reforçando-se a individualidade ou exercícios individualizantes, dando margem a se falar de um vazio social, ou, como acentua Norbert Elias, um novo padrão de sociabilidade.

O crescimento dos conflitos sociais e a expansão da violência difusa nas sociedades contemporâneas apontam intensivamente para uma crise do contrato social, com uma ruptura nos laços sociais. Tal perspectiva possibilita formular algumas questões na tentativa de compreender o significado das práticas sociais da violência: estaria nascendo um código social de sociação, ou laços de sociabilidade, orientados pela violência? Ou, então, com base na superação da linguagem da violência, estariam se gestando outras normas sociais, alimentadas pelas lutas sociais contra a violência?

Na vida cotidiana, realiza-se uma inter-relação de mal-estar, violência simbólica e sentimento de insegurança. Por um lado, estamos vivendo em um horizonte de representações sociais da violência para cuja disseminação em muito contribuem os meios de comunicação de massa, produzindo a dramatização da violência e difundindo sua espetacularização, como um efeito da violência exercida pelo “campo jornalístico”. No caso da televisão, procura-se “o sensacional, o espetacular”, mediante a dramatização de fatos, de maneira a produzir o extraordinário do mundo ordinário (Tavares-dos-Santos, Teixeira e Russo, 2011).

Compreendemos a microfísica da violência como um dispositivo de poder-saber, uma prática disciplinar que produz um dano social a qual se instaura com uma racionalidade própria, desde a prescrição de estigmas até a exclusão, efetiva ou simbólica. Esta relação de excesso de poder configura, entretanto, uma relação social inegociável porque atinge, no limite, a condição de sobrevivência, material ou simbólica, do vitimizado pelo agente da violência, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea.

A violência é sempre construída, em função das necessidades, desejos, paixões, sonhos e loucura, mas também dos governantes. Ela é adquirida pela educação. A violência, portanto, pode ser configurada como linguagem e norma social de determinados grupos sociais, contraposta às denominadas normas civilizadas, marcadas pelo autocontrole e pelo controle social institucionalizado.

A transição democrática e a problemática da segurança

Na América Latina, a crise do Welfare State de finais dos anos 1970 e a aplicação das políticas neoliberais, produziram, também, uma quebra do controle social informal que realizavam a família, a escola, os clubes de bairro, a Igreja, as bibliotecas vicinais, instituições que tinham uma forte capacidade de socialização das pessoas em torno de valores como a solidariedade, a honestidade e o trabalho.

Frequentemente, a desigualdade e a exclusão têm sido apontadas como as grandes responsáveis pela crescente criminalidade e desrespeito aos valores básicos que possibilitam a integração e o estabelecimento dos laços sociais. Não se deve, porém, situar o problema somente nas causas mais aparentes. É preciso descortinar o véu que recobre a organização e o funcionamento da complexa rede de instituições que se ligam, direta ou indiretamente, ao problema da segurança pública.

É imperativo pensar a segurança pública e a violência como fenômenos complexos que devem ser compreendidos, também, nas redes de significados sociais em que agem os indivíduos e as instituições: o entendimento dos significados das práticas classificadas como violentas, bem assim das experiências de insegurança individual e riscos patrimoniais que ensejam a existência de medos sociais.

O sistema de Justiça Penal, entretanto, não conseguiu substituir tais controles sociais. Existe uma evidente crise do sistema de justiça penal. A crise das polícias é marcante em todos os países, repetindo-se a violência policial, a corrupção, a ineficácia na prevenção das violências e a ineficiência na investigação criminal. O acesso à Justiça é precário, a seletividade orienta os processos penais, e a normatividade da lei não se efetiva: a lei penal está neutralizada por uma realidade social composta por desigualdades crescentes e moral débil, mas também

porque a ameaça dos castigos e sua aplicação não chegam a evitar as demandas compulsivas por consumo da sociedade de mercado.

O paradoxo maior, entretanto, está entre as políticas sociais inclusivas – que em alguns países produziram significativa ampliação do poder aquisitivo das classes sociais trabalhadoras e de setores das classes médias baixas – e as políticas de segurança repressivas. Nesse item, várias são as dimensões.

As denúncias de torturas contra pessoas presas, principalmente pobres e moradores das periferias das cidades, realizadas por policiais, passam a ser constantes, bem como o envolvimento de alguns componentes da polícia em práticas delituosas. O aumento do encarceramento – sendo o Brasil o terceiro país em população prisional – expressa a atitude punitiva de todo o sistema de justiça criminal.

No Brasil, depois da Constituição de 1988, foi introduzida a problemática da segurança pública na agenda democrática brasileira. Também ocorreu, a partir de 1997, significativa mobilização da sociedade civil, desde ONG's até os movimentos de greves de policiais. O Plano Nacional de Segurança Pública, publicado em 2003 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública/ Ministério da Justiça, consagra um novo referencial para a abordagem dos problemas da violência e da criminalidade no Brasil ao destacar que, tão importante quanto correr atrás do bandido depois que ele já cometeu o crime, seria lidar com as causas do problema num contexto da gestão orientada pelos resultados. Este referencial constrói uma nova visão sobre o que é fazer segurança pública que passa a valorizar ações envolvendo a iluminação das áreas problemáticas e urbanização dos territórios para reduzir o isolamento; o reaproveitamento dos espaços públicos, reformando-os para disponibilizar nos bairros populares áreas para esporte e para atividades culturais, artísticas, festivas, musicais; o apoio à construção de redes locais, promovendo ações agregadoras, lúdicas ou de lazer; e a implementação de políticas integradas focalizando os três domínios fundamentais para a vida social: a casa, a rua – ou a comunidade e o bairro – e a escola, inclusive seu desdobramento profissionalizante, que conduz ao trabalho. Diante desta proposta, as políticas deixariam de ter um viés reativo e passariam a lidar com o problema numa perspectiva preventiva.

Houve um expressivo movimento neste sentido, com vários programas: no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) – o I Programa Nacional de Direitos Humanos (1995-1996) e no seu segundo mandato (1999-2002) – o II Programa Nacional de Direitos Humanos (2000) e o I Plano Nacional de Segurança Pública (2000); no primeiro Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2005) – o SUSP (Sistema Unificado de Segurança Pública), em 2003, e no segundo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2006-2010), o PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. A formação do FBSP

– Fórum Brasileiro de Segurança Pública – em 2006, reunindo acadêmicos e policiais, representou um marco no debate acerca de alternativas.

Vários foram os esforços de políticas públicas de segurança, desde o Governo Federal até os governos estaduais e alguns municípios. Criada em 2004, a RENAESP – Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, um convênio do Ministério da Justiça com Universidades, já promoveu cerca de 80 cursos de especialização e está, atualmente, em sua terceira edição, vinculada a 20 universidades federais.

Nas sociedades latino-americanas, a efetiva adoção desse novo referencial envolve uma ruptura com os parâmetros culturalmente estabelecidos sobre o que é fazer segurança pública. Ainda existe, não só entre os policiais, mas na população, especialmente entre as pessoas com menor renda e educação, uma visão de que segurança pública é assunto de polícia e que a solução do problema passa pelo incremento de policiais, de armas e de viaturas.

Esta priorização da perspectiva reativa diante da preventiva resulta de uma cultura, característica das sociedades ocidentais, que prioriza os interesses dos indivíduos em relação aos interesses coletivos. A solução para o problema do crime seria eliminar o criminoso e salvaguardar o status quo; entretanto, reconhecer que a sociedade pode produzir o criminoso teria como consequência um processo de controle social em nome do bem-estar coletivo.

Na América Latina, existem exemplos contemporâneos de políticas públicas que adotaram este novo referencial. Seguindo os pressupostos da Escola de Chicago, essas abordagens identificam os lugares com maior concentração da criminalidade no ambiente urbano e, com suporte na articulação das ações de órgãos públicos e da sociedade civil, implementam medidas visando mudar as condições da vida social. Propõe-se a coordenação dos recursos coletivos – igrejas, escolas, indústrias, clubes e outros grupos – para solucionar os problemas e promover a inclusão social e profissional. Essas medidas teriam como principal resultado o fortalecimento da sociedade local e, especialmente, de sua capacidade de valorização da vida.

A construção da modalidade de segurança cidadã

Vivenciamos um paradoxo na América Latina: um ciclo de inclusão social acompanhado de uma consciência social punitiva, a qual produz e acompanha a configuração de Estado de Controle Social repressivo. Em outras palavras, estamos perante formas contemporâneas de controle social, com as características de um Estado repressivo acompanhando a crise do Estado-Providência.

O Estado do controle social penal exprime as seguintes características: a polícia repressiva, o judiciário penalizante, a privatização do controle social; e

o crescimento das polícias privadas e das prisões privadas é acompanhado pelo “complexo industrial-policial” (os ramos industriais envolvidos com equipamentos e instalações de prevenção e repressão ao crime, como seguros, segurança privada, viaturas, equipamentos de comunicação, sistemas de informação). A segurança é concebida como Segurança Pública, equivalente a segurança do Estado e das classes dominantes, sinônimo de uma “Razão de Estado” como um dos elementos da construção do Estado moderno. Pouco se fala, porém, da outra dimensão originária, as “polícias”, políticas públicas que cuidavam das várias dimensões da vida social, inclusive do direito à vida das populações.

No campo do controle social e no dispositivo das violências, aparecem linhas de fraturas: a emergência de lutas sociais contra a violência expressa possibilidades de uma “governamentalidade” fundada na sociedade civil e na construção social da cidadania, que busca a reconstrução de relações de sociabilidade mediante outras bases de solidariedade. Emergem, no século XXI, forças de resistência, críticas aos processos de reprodução da violência simbólica e das representações sociais da insegurança; simultaneamente, nascem concepções de uma segurança cidadã.

Visualiza-se, de modo largo, a formação de um modelo de segurança do cidadão e da cidadã, composto por políticas sociais, projetos sociais preventivos, protagonizados pelas administrações públicas, pelo mundo associativo, o terceiro setor, as escolas: é a emergência da planificação emancipatória no campo da segurança, enfatizando a mediação de conflitos e a pacificação da sociedade contemporânea. Isso significa uma perspectiva de desenvolver um processo civilizador de superação das formas de violência e de ampliação da cidadania, desenhando uma agenda pública sobre o direito à segurança de cada cidadão e cidadã.

A construção de uma segurança cidadã está ocorrendo em vários países. Descortinam-se experiências inovadoras, díspares e dispersas, tanto nas instituições informais de socialização – a família, a escola, as associações locais, os meios de comunicação – quanto nas organizações do controle social formal – as polícias, o sistema judiciário, as instituições prisionais – orientadas a valores de uma dignidade humana emancipatória.

No horizonte, todavia, a esfera pública define os termos do debate contemporâneo: o papel do Estado como garantia da vida humana; a vigência dos direitos humanos; o respeito à dignidade humana e à liberdade. A “segurança cidadã” seria uma renovação do “bem viver” dos povos aymaras: com a pacificação dos territórios conflagrados pela guerra, pelo crime organizado e pela guerrilha. Reconhecendo a juventude e os povos negros, mulatos e indígenas em conformidade às outras etnias; promovendo o reconhecimento do direito à diferença e a mediação dos conflitos em várias instancias. Em outras palavras, tal corresponde à construção social de uma ampla cidadania, inclusiva e

participativa, buscando a reconstrução das relações sociais em outras bases de solidariedade social.

Tais possibilidades estão nas lutas sociais mundiais pela construção de uma sociedade democrática: nascem práticas de segurança cidadã, realizando projetos sociais que reconstróem a solidariedade e a liberdade da ação coletiva, negociando conflitos e pacificando os espaços sociais.

Temas dos Capítulos

A primeira parte – sobre Sociologia do delito, da violência e as fronteiras – compõe-se de quatro artigos. Juan Pegoraro propõe a “hipótesis de que una de las paradojas más significativas de la seguridad ciudadana es la inseguridad que produce la desigualdad social, cuyo indicador principal es la distribución de ingresos en el mundo”.

Roberto Briceño-León salienta que “El homicidio es un hecho normal en las sociedades”, mas o que muda no tempo “son los motivos, los medios, las justificaciones y las respuestas de las sociedades – de los humanos y de sus dioses – a estas faltas. Así como también las magnitudes, hay sociedades donde se mata mucho, y otras dónde se asesina poco. Esto cambia entonces en el territorio, en las regiones, en los países, entre ciudades o, incluso, entre zonas de una ciudad. También se modifica en el tiempo, hay largos periodos que conllevan a la reducción de la criminalidad y cortos periodos cuándo se incrementan las víctimas”.

Jania Perla Diógenes de Aquino e Joana Domingues Vargas expõem uma pesquisa que abrangeu 588 municípios localizados na faixa de fronteira do Brasil com os demais países e territórios da América do Sul. Foram analisadas as principais modalidades de crimes e ilegalismos verificados nestes municípios, colocando em relevo a mineração ilegal nos garimpos, suas dinâmicas e personagens.

José Alfredo Zavaleta Betancourt analisa “el narcotráfico como un segmento de la delincuencia organizada. Para tal efecto, adopta la perspectiva de los mercados ilegales transnacionales para enfatizar el carácter socioeconómico y global del problema; al mismo tiempo, describe y explica los obstáculos de implementación de la estrategia de control del narcotráfico utilizada por el gobierno federal en el marco de las restricciones geopolíticas y las necesidades de seguridad interna”.

A segunda parte é sobre as políticas públicas de segurança e os dilemas das polícias e da participação social.

Andrés Antillano analisa as políticas punitivas com base no Governo Bolivariano da Venezuela que vem sendo marcado pelo acento “en políticas sociales y redistributivas dirigidas a la inclusión de las poblaciones desfavorecidos, la recusación de las políticas represivas de los gobierno anteriores”. Porém, as políticas

penais tiveram uma “clara impronta militarista, una de las tasas de criminalidad violenta más altas del continente, o las distorsiones sociales y culturales que imponen la dependencia de la renta petrolera”.

Glaucéria Mota Brasil analisa os paradoxos vivenciados pelas polícias brasileiras ante as exigências do Estado brasileiro pós-ditadura militar. A discussão nesse campo de tensões está relacionada às propostas de mudanças das políticas de segurança pública por meio da nova educação das polícias.

Ernesto Treviño Ronzùn aborda “las implicaciones que la violencia multidimensional reciente ha tenido en el deterioro del entorno socio-institucional de la ciudad de Martínez de la Torre, en el Estado de Veracruz, México” e argumenta que si bien los datos sobre la incidencia delictiva explican parte del deterioro de la calidad de vida y sus consecuencias para el respeto de los derechos básicos, el adecuado estudio de la realidad local requiere incorporar variables vinculadas con la precarización de los servicios públicos, la ineficacia de las instancias de gobierno, la inacción ciudadana, la cultura de la legalidad, la violencia escolar, laboral y doméstica”.

Roberto Luis Gustavo Gonzalez estuda as reformas que, desde 2007, a Província de Córdoba, Argentina, realizou em “sus instituciones de seguridad orientadas a implementar el gobierno civil del área, en consonancia con la perspectiva democrática y participativa emergente: el alto grado de injerencia civil en un espacio de gestión no siempre tolerante a la civilidad en general. Por otra parte, los espacios de formación policial y penitenciaria han sido más abiertos a una articulación efectiva con programas civiles no policiales en vistas a una concepción diferente del accionar institucional”.

Pablo Emilio Angarita Cañas estuda a cidade de Medellín (Colômbia), reconhecida pela redução da violência, na qual, entretanto, “persisten complejos problemas de inseguridades y violencias, con una criminalidad mutante que afecta especialmente a comunidades más pobres de la ciudad, la cual ha pretendido enfrentarse con políticas públicas centradas en la represión, con graves violaciones de derechos humanos y que facilita la reaparición de fenómenos de inseguridad”. O autor utiliza o enfoque da “Seguridad Humana Desde Abajo”.

A terceira parte, Juventude e Violência, inicia por Nilia Viscardi, cujo artigo mostra “algunas dinámicas de la violencia que viven los adolescentes uruguayos a partir de una experiencia de trabajo sostenida en centros educativos insertos en sectores pobres de la ciudad de Montevideo”. Sustenta que a “experiencia escolar, en estos contextos, opera reforzando las estructuras de dominación que impelan para ellos a nivel de la comunidad, en vez de representar una experiencia de reconocimiento y acceso más democráticos a los recursos que el Estado brinda”.

Gabriela Figueroa tem como propósito mostrar “que los jóvenes son los principales actores relacionados con dinámicas violentas ya sea como víctimas

o victimarios. Y que para disminuir el problema de violencia en México, principalmente entre sus jóvenes, se deben tomar en cuenta factores estructurales y criminales microregionales”.

Gilson Macedo Antunes & Giselle Hoover analisam o processo convencional de construção da verdade sobre o suposto sujeito-autor do crime e acerca do homicídio doloso no caso do processo judicial do homicídio do Menino-Aranha, no Recife/PE. A hipótese de trabalho é que a escolha da linha de investigação policial sobre a motivação do homicídio definirá o foco do processo de incriminação sobre o réu.

Alexandra Agudelo López sustenta que “las prácticas de seguridad que se han implementado en México y Colombia derivadas de las políticas de seguridad pública (México) y seguridad democrática (Colombia) están soportadas en un uso intencionado del miedo y afectaron las acciones políticas de colectivos juveniles en las ciudades de Juárez, Tijuana, Manizales y Medellín hasta provocar su debilitamiento y en algunos casos extinción”.

Ricardo Pinheiro Maia Júnior, Raquel Alencar Barreira Rolim e Henrique Figueiredo Carneiro analisam o homicídio na adolescência, expondo pesquisa realizada em Fortaleza com adolescentes que cometeram homicídio: encontram um discurso marcado pela “vida do crime” e a dificuldade de uma responsabilização de seus atos. E Luiz Fábio S. Paiva, em seu texto “Muertos en la ciudad: el escenario de los asesinatos de jóvenes en Fortaleza”, discute “la dinámica de los homicidios de jóvenes en la ciudad de Fortaleza”, baseado em dados estatísticos, análise das notícias da imprensa e em trabalho de campo.

A quarta parte aborda as “Figurações sociais e simbólicas do crime e do medo”. César Barreira destaca que “actualmente es más plausible la posibilidad o amenaza de que sean practicados actos violentos, en diferentes contextos y en diversificadas situaciones, envolviendo un complejo cada vez más amplio de sujetos o agentes sociales. Los lugares seguros y personas menos vulnerables a las prácticas clasificadas como violentas pasan por un ‘cuadro de indefinición’. Las vulnerabilidades sociales granjean otras dimensiones, pues los lugares peligrosos y las victimas preferenciales se hacen cada vez más complejos”.

Odilza Lines de Almeida e Eduardo Paes-Machado discutem os padrões de vitimização de internos da maior unidade prisional do estado da Bahia, Brasil, formulando as seguintes perguntas: o que os estruturam e quais os fatores da vulnerabilidade dos internos? Argumentam que tais padrões são estruturados pela organização da prisão, pelos arranjos dos internos e pelos grupos criminosos que controlam, em grande parte, a cadeia.

Rochele Fellini Fachinetto propõe uma reflexão acerca das diferenças que perpassam a atuação da justiça no Brasil, tendo como referência o recorte nos conflitos de gênero. A resolução dos conflitos de gênero nos mais variados es-

paços da justiça traz à tona a complexidade destes espaços e põe em relevo os paradoxos da justiça nestes casos: por um lado, possibilita o acesso das mulheres a diversos direitos e, por outro, muitas vezes, reproduz ou cria situações de desigualdade, com base nas diferenças de gênero.

Jacqueline Sinhoretto divulga “las principales conclusiones de una investigación comparativa realizada en cuatro Estados brasileños en seguridad y las cuestiones de raza. El perfil racial se hizo evidente en el análisis de los datos de mortalidad provocada por la policía. Las mayores tasas de mortalidad por la policía se centran en la población negra, joven y de los territorios estigmatizados. Los fenómenos sociales de la violencia de la policía y el de la racialización están correlacionados”.

Julio Mejía Navarrete “expone la influencia de los medios de comunicación en los jóvenes pandilleros de la ciudad de Lima. Para ello el análisis destaca las relaciones entre los procesos estructurales y las experiencias particulares, entre los cambios sociales, el trabajo, la escuela, el consumo, los medios de comunicación y la violencia concreta de los jóvenes pandilleros. El trabajo presenta para su discusión algunas proposiciones iniciales sobre los mecanismos de la violencia pandillera juvenil, destacando el papel de los medios de comunicación. Por último, la conclusión examina que el destino violentista es posible por la situación de anomia social que envuelven crisis de valores y de la existencia de los jóvenes pandilleros”.

Conclusão

Os diversos capítulos revelaram a complexidade dos fenômenos em análise, assim como a relevância da combinação das metodologias qualitativas e quantitativas e a diversidade de metodologias e diferenciais de população, gênero e etnia.

A discussão realizada nos levou a definir uma agenda em quatro dimensões: a consolidação de um campo sobre Violência, Segurança e Sociedade na América Latina; as implicações dos trabalhos de investigação nas políticas públicas; a necessidade de estudos comparativos baseados em diferentes contextos e sociedades; e a necessidade de desenvolver o saber crítico permanente. Finalmente, emergiu a importância do desenvolvimento de teorias universalizantes com base em investigações empíricas, tendo por base as universidades públicas na América Latina.

Nesta perspectiva, é importante reconhecer as estratégias de convivência dos diversos agentes no espaço social, incorporando as experiências dos jovens e tentando ampliar o direito à diferença. Para sair do labirinto de uma modernidade tardia, precisamos seguir a transformação das relações sociais para vivermos tempos de liberdade e de participação. No horizonte de outro mundo possível, pode-se imaginar uma cidadania segura, exercida em cuidados com a vida social e pelo bem viver em paz.

Referências

- ABELLO COLAK, A. y ANGARITA CAÑA, P. S. (Ed.) *Nuevo pensamiento sobre seguridad en América Latina: Hacia la seguridad como un valor democrático*. Medellín: U. de Antioquia /CLACSO, octubre de 2013. 203 p.
- ADORNO, Sérgio. “A criminalidade urbana violenta: um recorte temático”. *BIB*. Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 35, 1993, p. 3-24.
- ADORNO, Sérgio e PERALVA, Angelina. Estratégias de intervenção policial no Estado contemporâneo. *Tempo Social*. 1997, v. 9, n. 1, p. 1-4 (www.scielo.org.br).
- ___ & CARDIA, Nancy. “Núcleo temático: Violência – Nota de apresentação”. *Revista Ciência e Cultura*. SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, São Paulo, ano 54, n. 1, julho de 2002, p. 20-21.
- ___ . “Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade”. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 19-47.
- ___ . “Violência e Civilização”. In: TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. & GUGLIANO, A. (Orgs.). *A Sociologia para o Século XXI*. Pelotas: EDUCAT / SBS, 1999.
- AGUDELO LÓPEZ, Alexandra. *Dispositivos de seguridad que de la actualización del miedo en el estado contemporáneo*. Buenos Aires: CLACSO. Diciembre de 2013.
- ALVARADO, Arturo. *Seguridad Nacional y Seguridad Interior*. México: El Colégio de México, 2010 p. 11 e 18.
- ANGARITA CAÑAS, Pablo Emilio (Coord.). *Drogas, policías y delincuencia: otras miradas a la seguridad ciudadana en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder – conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- ___; TAVARES DOS SANTOS, J.V.; GONZÁLEZ ARANA, R. y GONZÁLEZ ORTIZ, F. (Eds.) *Conflictos sociales, luchas sociales y políticas de seguridad ciudadana*. Toluca: UAEM/CLACSO, octubre de 2013. 344 p.
- ___ . (org.). *A Sociologia no Tempo: memória, imaginação e utopia*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ___ & ADORNO, Sérgio. “A Violência na Sociedade Brasileira”. In: MARTINS, Carlos Benedito & MARTINS, Heloisa. *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo: ANPOCS/Discurso Editorial, 2010.
- ___; GONZÁLEZ ARANA, Roberto y TREJOS ROSERO, Luis Fernando (Ed.). *Violencia política y conflictos sociales en América Latina*. Barranquilla: U. del Norte/CLACSO, 2013. 263 p.
- ___; AQUINO, Jania e DAMASCENO DE SÁ, Leonardo. *Violência, Illegalismos e Lugares Morais*. Campinas: Pontes Editora/CLACSO, 2014.
- ___ . *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa*. Campinas: Pontes, 2008.
- ___ . *Crime por Encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1998.
- ___ . “Violência Difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade”. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 01, n. 01, Jan/Jul 2013.
- ___ . “Crimes de Pistolagem e de mando”. In: LIMA, Renato; RATTON, José e AZEVEDO, Rodrigo (Orgs.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- BEATO, Claudio. *Crime e Cidades*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- BLANCO, Ana Belén; SOLEDAD SÁNCHEZ, Maria; TONKONOFF, Sergio. *Violencia y cultura: reflexiones contemporáneas sobre Argentina*. Buenos Aires: CLACSO / Instituto de Investigaciones Gino Germani, UBA, Buenos Aires, Julio de 2014.

- BOTELLO, Nelson Arteaga et alii. *Violencia, ciudadanía y desarrollo*. México: UAEM / Miguel Angel Porrua, 2008, p. 6-7.
- BOURDIEU, Pierre. *Sur l'état* (Cours au Collège de France 1989-1992). Paris: Raisons d'agir / Seuil, 2012.
- BRETAS, Marcos Luiz. "O Crime na Historiografia Brasileira". *BIB*. Rio de Janeiro, 32:49-61, 1991.
- BRICEÑO LEÓN, R. (Comp.). *Violencia, sociedad y justicia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Noviembre de 2002. 404 p.
- BRUMER, Anita & TAVARES DOS SANTOS, J.V. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do Século XX). In: PIÑEIRO, Diego (org.). *30 Años (anos) de Sociología Rural en (na) América Latina*. Montevideo, Uruguay: ALASRU/SBS, 2000, p. 33-69.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. México: Grijalbo, 2003.
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros-U.S.P. 1969.
- COLLINS, Randall. *Violence: a micro-sociological theory*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- DEBARBIEUX, Eric. *Violence à l'école: un défi mondial?* Paris: Armand Colin, 2006.
- FABIAN SAIN, Marcelo. *Seguridad, democracia y reforma del sistema policial en la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economía, 2002.
- FILMUS, Daniel et alii. *Violência na escola: América Latina e Caribe*. Brasília: UNESCO, 2003.
- FLORES AGUILAR, Alejandro; ARENAS, Clara; GÓMEZ, Juan Pablo (Coordinadores). *Seguridad y Racismo. Pensamiento Crítico Centroamericano*. Managua: IHNCA, UCA Publicaciones. CLACSO. AVANCSO. Marzo de 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Du Gouvernement des Vivants* (Cours au Collège de France 1979-1980. Paris: EHESS/Seuil/Gallimard, 2012.
- _____. *Il faut défendre la société* (Cours au Collège de France 1976. Paris: EHESS/Seuil/Gallimard, 1997.
- _____. *La société punitive* (Cours au Collège de France 1972-1973). Paris: EHESS/Seuil/Gallimard, 2013.
- _____. *La volonté de savoir: histoire de la sexualité I*. Paris: Gallimard, 1976.
- _____. *Naissance de la biopolitique* (Cours au Collège de France 1978-1979. Paris: EHESS/Seuil/Gallimard, 2004.
- _____. *Sécurité, territoire, population* (Cours au Collège de France 1977-1978. Paris: EHESS/Seuil/Gallimard, 2004.
- _____. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1975.
- FRUBLING, Hugo & CANDINA, Azun. *Polícia, sociedad y Estado: modernización y reforma policial en America del Sul*. Santiago de Chile, CED – Centro de Estudios para el Desarrollo, 2001.
- _____. *Participación ciudadana y reformas a la policía en América del Sur*. Santiago de Chile: CED, 2004.
- GABALDÓN, Luis G. e BIRKBECK, Christopher H. *Polícia y fuerza física en perspectiva intercultural*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.
- GALVANI, Mariana; RÍOS, Alina; CAÑAVERAL, Lucía. *Seguridad, policía y gobiernos locales* (El Programa Integral de Protección Ciudadana). Buenos Aires: CLACSO, abril de 2015.
- GNACCARINI, José César. *Latifúndio e proletariado*. São Paulo: Polis, 1980.
- GÓMEZ NASHIKI, A.; ZURITA RIVERA, Ú.; LÓPEZ MOLINA, Sergio. *La violencia escolar en México*. Colima, México: Ed. Cal y Arena / Universidad de Colima, 2013.
- GROS, Frédéric. *Etats de violence* (essai sur la fin de la guerre). Paris: Gallimard, 2006.
- GROS, Frédéric. *Le principe sécurité*. Paris: Gallimard, 2012.

GROSSI-PORTO, Maria Stela. *Sociologia da violência: do conceito às representações sociais*. Brasília: Francis, 2010.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *O colapso do populismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Origens agrárias do estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3.ed., São Paulo: Brasiliense, 1987 (1.ed., 1970).

_____. *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

KAHN, Tulio. *As formas do crime*. São Paulo: Securezza, 2009.

KANT DE LIMA, R. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes. “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia”. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 50, 2º semestre de 2000, p. 45-123.

KESSLER, Gabriel. *Sociología del delito amateur*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

_____. *El sentimiento de inseguridad: sociología del temor al delito*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

LASERNA, Roberto (Ed.) *Economía política de las drogas*. Cochabamba: CLACSO, CERES, 1993.

LECHNER, Norbert. *Las sombras del mañana (la dimensión subjetiva da política)*. Santiago de Chile: LOM, 2002.

_____. *Los patios interiores de la democracia*. Santiago de Chile: FLACSO, 1988.

LIMA, Renato Sérgio de. *Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011.

_____ & PAULA, Liana de (orgs.). *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto, 2006.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. *O poder do atraso (ensaios de Sociologia da História Lenta)*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MERTON, Robert K. *Teoria y estructura sociales*. México: FCE, 1964. 143 p.

MESQUITA NETO, Paulo. *Ensaio sobre Segurança Cidadã*. São Paulo: FAPESP/NEV/Quartier Latin, 2011.

MINAYO, Maria C. Souza. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

MINGARDI, Guaracy. *Tiras, gansos e trutas*. São Paulo: Scritta, 1992.

- MISSE, Michel (org.). *O inquérito policial no Brasil: uma pesquisa empírica*. Rio de Janeiro: BOOKLINK / NECVU (Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana)/ IFCS-UFRJ, 2010.
- MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.
- MUJICA, Jaris. *Armas pequenas en el crimen urbano* (Delitos, acceso y mercados ilegales de armas de fuego en Lima). Lima: CLACSO. CISEPA, Agosto de 2012.
- PAIS, José Machado. *Ganchos, tachos e biscates*. Porto: AMBAR, 2001.
- PANDOLFI, D. et al. *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- _____. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. *Os cangaceiros*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- PINHEIRO, P.; MÉNDEZ, J.; O'DONNELL, G. (orgs.). *Democracia, violência e injustiça*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PINHEIRO, Paulo S. *Relatório Mundial Sobre Violência Contra a Criança*. Genebra: Nações Unidas, 2007.
- _____; ALMEIDA, Guilherme de. *Violência urbana*. 2ª. ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2008.
- PROVEYER CERVANTES, Clotilde. *El papel de la comunidad y de sus actores sociales en la atención a la violencia de género* (La experiencia de los Talleres de Transformación Integral del Barrio TTIB en Cuba). Buenos Aires: CLACSO, Noviembre de 2014.
- RATTON, José Luiz e LIMA, Renato Sérgio de. *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: FBSP/ANPOCS, 2011. (Acesso livre: www.forumseguranca.org.br).
- _____; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.
- ROA, Mónica. *Drogas y sociedad*. Cochabamba: CLACSO. CERES, 1992.
- SÁ E SILVA, Fabio. *Violência e segurança pública*. São Paulo: Perseu Abramo, 2014.
- SAPORI, Luís Flávio. *Segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FGC, 2008.
- SAVIANO, Roberto. *CeroCeroCero: como la cocaína gobierna el mundo*. Barcelona: Anagrama, 2014.
- SINHORETTO, Jacqueline. *Os justiçaadores e sua justiça*. São Paulo: IBCCRIM, 2002.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de & MENESES, Maria P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Porto: Afrontamento, 2009.
- _____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, 2006.
- SPOSITO, Marília Pontes. "Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil". *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo: Fac. De Educação da USP, v. 27, n. 1, janeiro-junho de 2001.
- TAVARES-DOS-SANTOS, J.V. "Crítica da Sociologia Rural e a construção de outra sociologia dos processos sociais agrários". *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991, p. 13-51.
- _____ & TEIXEIRA, A. N. (Orgs.). *Conflitos sociais e perspectivas da paz*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. 427 p.
- _____. (Org.). *Violências em tempo de globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999. 570 p.
- _____. (org.). *Violências, lutas sociais e democracia na América Latina* (XXV Congresso da ALAS). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- _____ & BAUMGARTEN, Maíra. "Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social". *Revista Sociologias*. Porto Alegre: PPG-Sociologia do IFCH – UFRGS, Ano 7, n. 14, julho-dez 2005, p. 178-242. (Dossiê: Sociologia na (en) América Latina, ALAS).

___ & MADEIRA, Lígia Mori (Orgs.). *Segurança Cidadã*. Porto Alegre: Rede Escola de Governo do RGS/Tomo Editorial, 2014.

___ e TEIXEIRA, Alex Niche. Figurações da Violência: uma apresentação enigmática. *Revista Sociologias*, 2013, v. 15, n. 34, p. 14-25. (www.scielo.org.br).

___; ___; RUSSO, Maurício (Orgs.). *Violência e cidadania*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Sulina, 2011.

___ . *Violências e conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

___ . “Violências, América Latina”. *Revista Sociologias*. Porto Alegre: PPG-Sociologia do IFCH – UFRGS, Ano 4, n. 8, julho-dez. 2002.

___ . Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. *Revista Sociologias*. 2002, v. 4, n. 8, p. 16-32. (www.scielo.org.br).

THERBORN, Göran. (Ed.) *Inequalities of the World: new theoretical frameworks, multiple empirical approaches* (editor and co-author). London: Verso, 2006.

___ . *The world: a beginner’s guide*. Cambridge: Polity, 2011.

ULFE YOUNG, María Eugenia. *Y después de la violencia que queda? Víctimas, ciudadanos y reparaciones en el contexto post-CVR en el Perú*. Buenos Aires: CLACSO, Junio de 2013.

VARGAS VELÁSQUEZ, A. (Coord.). *El prisma de las seguridades en América Latina: Escenarios regionales y locales*. Buenos Aires: CLACSO, Marzo de 2012. 317 p.

___ . (Coord.). *Seguridad en democracia: un reto a la violencia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Abril de 2010. 372 p.

VILLAVICENCIO RODRÍGUEZ, Erandi y BENGÓA VALDÉS, Ana. *Políticas de la violencia estatal: los casos de Colombia y El Salvador*. Buenos Aires: CLACSO, marzo de 2015.

WIEVIORKA, Michel. *La violence: voix et regards*. Paris: Balland, 2004.

YOUNG, Jock. *The criminological imagination*. London: Polity Press, 2011.

___ . *The exclusive society*. London: Sage, 1999.

___ . *The vertigo of late modernity*. London: SAGE, 2007.

ZALUAR, Alba. “Violência e Crime”. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: ANPOCS/Sumaré, 1999, p. 13-107.

___ . *Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ZAVALETA BETANCOURT, José Alfredo (coord.) *El laberinto de la inseguridad ciudadana* (Bandas criminales, seguridad de fronteras y regímenes penitenciarios en América Latina). Buenos Aires: CLACSO, Marzo de 2014.

___ . (Coord.) *La inseguridad y la seguridad ciudadana en América Latina*. B. Aires: CLACSO, nov. 2012. 428 p.

ZIZEK, Slavoj. *Violence*. London: Profile, 2008.